



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B e E, PROVENIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MÉDICO HOSPITALAR, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES, ASSIM COMO TODOS OS SETORES DA SAÚDE PÚBLICA DE BIRIGUI – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

a- especificação do produto/serviço

1.1 O objeto deste termo de referência é contratação de uma empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos dos Serviços de Saúde da rede municipal de saúde de Birigui dos grupos “A, B, E”, com quantidade estimada de 45.000 (quarenta e cinco mil) quilos.

1.1.1 O modo pelo qual será feito o tratamento e destinação final de cada tipo de resíduo (A, B e E) será aquele prescrito nas resoluções:

- CONAMA Nº 358, de 29 de abril de 2005;
- DIRETORIA COLEGIADA – RDC nº 222, de 28 de março de 2018 e
- RDC nº 33 de 25 de fevereiro de 2003.

1.1.2 A execução dos serviços consiste na remoção dos resíduos de serviços de saúde do abrigo dos resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento e disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de meio ambiente e vigilância sanitária.

1.1.3 A coleta regular de resíduos dos serviços de saúde deverá ser a critério da Secretaria Municipal de Saúde. Deverão ser recolhidos todos os resíduos infectantes e perfuro cortantes – Grupo A e E, e resíduos do Grupo B – Medicamentos Vencidos, gerados pela rede municipal de saúde, exceto os caracterizados como resíduos dos grupos C e D pela resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC ANVISA 222/2018, desde que acondicionados em recipientes de padrão oficial.

1.1.4 Identificação e Classificação dos Resíduos:



Grupo A: Resíduos com possível presença de agentes biológicos que, por suas características podem apresentar risco de infecção.

- Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas, que podem apresentar risco a saúde pública, ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.
- Grupo E: Materiais perfuro cortantes ou especificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, Lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidros quebrados no laboratório (tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

c- especificação da garantia exigida

Quando os prazos e as condições das garantias dos bens não estiverem definidos nas descrições do objeto e/ou memorial descritivo, serão considerados aqueles definidos pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor. Havendo os dois casos, deverá ser considerado o de maior prazo.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Os Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, infectante ou não, é um problema de difícil solução para muitas cidades brasileiras. Esse tipo de resíduo deve receber atenção especial, desde a sua geração até a destinação final, de acordo com as legislações em vigor, Resolução- RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Resolução nº 358 de 29 de abril de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

2.2 - Tais resíduos englobam os gerados em hospitais, farmácias, drogarias, laboratórios de análises clínicas e outros estabelecimentos similares, sendo certo a necessidade das UBS(s), Centro Médico hospitalar, Ambulatório de Saúde Mental, Consultórios Odontológicos das Creches e Escolas e Canil.

2.3 - A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário e a disposição final inadequada desses resíduos, pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, lagos e córregos, além de contribuir para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças e a contaminação de catadores. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente.

2.4 - Diante dos fatos relatados podemos entender a importância do serviço licitado no presente Termo de Referência, pois a execução do serviço de acordo com todas as normas sanitárias, de segurança e ambientais existentes concernentes às atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde, realizado por empresa que demonstre aptidão, experiência e solidez no ramo a que se dedica, será a garantia de benefícios ao meio ambiente e à população pela Secretaria Municipal de Saúde de Birigui.



2.5 - Devido ao alto risco de contaminação, seja pela presença de agentes biológicos, substâncias químicas, ou ainda, por materiais perfurocortantes, os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) exigem um tratamento especial antes de ser descartado. Daí a necessidade da terceirização do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.6 - A Secretaria de Saúde possui um Contrato Vigente de nº 10.210/2022, firmado com a Empresa Constroeste Construtora e Participações LTDA com término em 31/05/2023. Ressaltamos que este contrato poderia ser renovado por 60 meses, porém a empresa não tem interesse na renovação contratual, levando a necessidade de um novo contrato.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - Considerando que a Administração Municipal por intermédio da Secretaria de Saúde não possui condições técnicas e estruturais que sejam compatíveis para o desenvolvimento de tal atividade, já que esta possui caráter altamente especializado e ainda que houvesse a eventual possibilidade, o serviço realizado seria de qualidade inferior. Mediante tais expostos não se vislumbra outra solução senão a aquisição dos serviços por processo regular de contratação.

3.2 - Os resíduos dos serviços de saúde, dentre eles os abrangidos pelo presente termo, são considerados perigosos pela normatização brasileira. A periculosidade é atribuída tanto pela toxicidade quanto pela patogenicidade, o que justifica a imprescindibilidade dos serviços objeto desta contratação. Verifica-se, também, que o serviço a ser contratado nos moldes aqui estabelecidos encontra-se em total conformidade com a legislação aplicável. Ademais, pautados pela responsabilidade de buscar soluções efetivas, foram consideradas as especificidades dos diversos geradores de tais resíduos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Diante de tudo que foi exposto, constata-se a sua viabilidade.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde deverão atender as seguintes legislações:

4.1.1 - RDC ANVISA nº 222, de 28.03.2018, dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

4.1.2 - Resolução CONAMA nº 275, de 25.04.2001, estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva;

4.1.3 - Resolução CONAMA nº 316, de 29.10.2002, dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos;

4.1.4 - NBR 9191 - Especificação. Sacos plásticos para acondicionamento;

4.1.5 - NBR 9195 - Métodos de ensaio. Sacos plásticos para acondicionamento;

4.1.6 - NBR 9196 - Determinação de resistência à pressão do ar;



4.1.7- NBR 9197 - Determinação de resistência ao impacto de esfera. Saco plástico para acondicionamento de lixo - determinação de resistência ao impacto de esfera.

4.1.8 - NBR 13055 - Determinação da capacidade volumétrica. Saco plástico para acondicionamento - determinação da capacidade volumétrica;

4.1.9 - NBR 13056 - Verificação de transparência. Filmes plásticos para sacos para acondicionamento - verificação de transparência;

4.1.10 - NBR 13853 - Requisitos e métodos de ensaio para coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes;

4.1.11 - NBR 13221 - Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública;

4.1.12 - NBR 14619 - Estabelece os critérios de incompatibilidade química a serem considerados no transporte terrestre de produtos perigosos.

4.1.13 - NBR 12810 - Fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança;

4.1.14 - NBR 14652 - Estabelece os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores rodoviários de resíduos de serviços de saúde do grupo A.

4.2 - A Contratada deverá recolher o RSS (Resíduos de Serviços de Saúde) dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde pertencentes à rede municipal, com frequência e locais abaixo descritos:

a) 1 (uma) vez na semana no Centro Médico Hospitalar, sito na Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, Birigui-SP, no período diurno, conforme relação anexa;

b) 01 (uma) vez na semana, em todas UBS — Unidades Básicas de Saúde, no período diurno, conforme relação anexa;

c) 01 (uma) vez na semana, nas Escolas Municipais e CEIs (Centros de Educação Infantil), no período diurno, conforme relação anexa;

d) 01 (uma) vez na semana, no Ambulatório de Saúde Mental, no período diurno, conforme relação anexa;

e) 02 (duas) vezes no Canil Municipal, no período diurno, conforme relação anexa.

4.3 - A Contratada deverá realizar a coleta do lixo infectante em veículo(s) apropriado(s) de acordo com a necessidade compatível com a demanda, contendo balança apropriada de carga e aferida pelo INMETRO, dentro dos padrões estabelecidos pela Norma Técnica Brasileira – NBR – 12.810, NBR - 14.652 e pela Prefeitura.

4.4 - Os veículos deverão possuir carrocerias do tipo especial para coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde, os coletores deverão estar equipados com equipamento de sinalização conforme a legislação de trânsito em vigor, com apresentação da CIPP (Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos) e CIV (Certificado de Inspeção Veicular);



- 4.5 - A execução dos serviços consiste na remoção dos resíduos nas unidades de saúde, onde estarão armazenados até a coleta pela empresa contratado que fará o acondicionamento em veículo apropriado conforme as leis e resoluções vigentes até unidade de tratamento e disposição final;
- 4.6 - A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde deve ser realizada de acordo com as normas NBR 12810 e NBR 14652 da ABNT;
- 4.7 - Os serviços de coletas deverão ser iniciados com a presença de um funcionário de cada unidade gestora que acompanhará e fará a aferição das coletas e das pesagens, assinando as planilhas de coleta, em duas vias, que servirá como método de medição dos serviços executados pela licitante vencedora.
- 4.8 - Constituirá obrigação contratual, a lavagem e desinfecção da caçamba compactadora ou carroceria com produtos específicos para este fim após cada coleta;
- 4.9 - O Contratante poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços;
- 4.10 - A Contratada deverá manter junto ao Contratante cadastro permanente atualizado de veículos e equipamento, não sendo permitida a substituição sem prévia anuência do Contratante;
- 4.11 - A Contratada deverá providenciar de imediato a substituição dos equipamentos que estejam em manutenção preventiva ou avariados;
- 4.12 - Cada veículo deverá ser acompanhado de uma equipe, composta por 01 (um) motorista e 01 (um) coletor, devidamente uniformizados e equipados com os EPI (Equipamentos de Proteção Individual) necessários;
- 4.13 - O funcionário responsável pelo recolhimento dos resíduos deverá ser devidamente treinado e equipado para o recolhimento dos resíduos de saúde;
- 4.14 - O Contratante poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços;
- 4.15 - A Contratada deverá manter junto ao Contratante cadastro permanente atualizado de veículos e equipamento, não sendo permitida a substituição sem prévia anuência do Contratante;
- 4.16 - A Contratada deverá providenciar de imediato a substituição dos equipamentos que estejam em manutenção preventiva ou avariados;
- 4.17 - A Prefeitura reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento, alterações nos locais de coleta ao seu critério. As possíveis alterações deverão ser informadas à empresa Contratada via endereço eletrônico da Secretaria de Saúde, a contratada deverá manifestar sua anuência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e deverá atender à solicitação em no máximo 10 (dez) dias;
- 4.18 - O Regime de contratação é o de Empreitada por preço unitário e como exposto anteriormente é composto dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Em face disto e dos obstáculos encontrados pela Administração na execução direta dos serviços, admitir-se-á a subcontratação somente dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, Aterro Sanitário, previamente autorizada pelo Município, permanecendo a empresa CONTRATADA como única responsável perante o Municí-



pio e terceiros. O início da prestação de serviço pela empresa subcontratada, somente terá início, após prévia aprovação da Administração, mediante requisição protocolada;

4.19 - Durante toda a vigência do futuro contrato, a vencedora deverá manter atualizados os contratos de prestação de serviços com as eventuais empresas subcontratadas, devendo para tanto apresentar junto à CONTRANTE as respectivas renovações, quando for o caso;

4.20 - É atribuição da Contratada apresentar o plano de execução dos serviços, o qual deverá conter no mínimo: o dia da semana, unidade de saúde e horário previsto para a coleta, a fim de cientificar de forma prévia todos os estabelecimentos, através de impresso, cuja informação e distribuição será de sua responsabilidade, mediante aprovação expressa por servidor competente.

4.21 - Transporte de RSS – A empresa vencedora deverá possuir e apresentar a Licença de Operação LO emitida pelo órgão ambiental competente antes do da assinatura do contrato;

4.22 - Os RSS serão aferidos em peso (KG) em balanças com selo inspeção do INMETRO e atestado pela Fiscalização e pela Empresa em documento próprio que valide o recolhimento;

4.22 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

4.22.1 - Declaração que caso venha a sagrar-se vencedora, apresentará os seguintes documentos, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública:

4.22.2 - As licitantes deverão indicar e declarar explicitamente a disponibilidade dos veículos e equipamentos adequados e necessários para a execução do objeto da presente licitação;

4.22.3 - Licença da Vigilância Sanitária da sede da proponente;

4.22.4 - Prova de que a empresa atenda Lei no 6.514/77 e Portaria no 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho – (NR 7 e 9) – PCMSO e PPRA. A comprovação dar-se-á através de contrato de prestação de serviço com empresa especializada em engenharia de segurança e medicina do trabalho, acompanhada de declaração formal da mesma com firma reconhecida em cartório;

4.22.5 - Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde em nome da proponente com apresentação da declaração que a empresa obedece às normas de segurança de trabalho;

4.22.6 - Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos de saúde por autoclavagem ou outro método que o substitua, em nome da proponente, conforme RDC- ANVISA nº 222/2018;

4.22.7 - Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento, através de incineração, de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC – ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente;

4.22.8 - Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a destinação final de resíduos de serviço em nome da proponente;

4.22.9 - Prova de que a proponente possui PPRA (Programa de Prevenção de riscos ambientais);



4.22.10 - Em relação ao transporte de RSS, a empresa vencedora deverá possuir e apresentar a Licença de Operação LO emitida pelo órgão ambiental competente;

4.22.11 - Declaração em razão da complexidade tecnológica e o disposto na RDC ANVISA 222/2018 que “dispõe” que os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final”, todas as licenças ambientais de operação devem ser apresentadas em nome da proponente, atendendo às resoluções do CONAMA nº 05 de 05 de agosto de 1993, CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005, a RDC/ANVISA nº 222 de 28 de março de 2018, Normas Técnicas da ABNT - NBR 12.809/1993 - Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde, NBR 12.810/1993 - Coleta de Resíduos de Saúde, NBR 7.500/2000 - Símbolos de Risco e Manuseio para o Transporte e Armazenamento de Materiais, Portaria nº 24 do Ministério de Trabalho - MTb de 29 de dezembro de 1994, Portaria nº8 do MTb de 08 de maio de 1996, Norma Regulamentadora nº7 do MTb, Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002 e demais legislações e normas pertinentes;

4.22.12 - Declaração de que manterá na operação de tratamento dos Resíduos Sólidos de Saúde os padrões de emissão atmosférica com limites definidos no âmbito da Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002;

4.22.13 - Declaração de que o resíduo de saúde tratado somente será depositado em aterro sanitário devidamente licenciado para esta finalidade, indicando o endereço do mesmo;

4.22.14 - As documentações acima elencadas deverão ser entregues, mediante protocolo, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, diretamente na Diretoria de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde, sito ao Largo Gumercindo de Paiva Castro S/N, bairro Centro, nesta cidade de Birigui/SP, preferencialmente em envelope devidamente identificado;

4.22.15 - O processo será HOMOLOGADO somente após a análise dos documentos supracitados.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.1.1 - Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente prestação de serviço contratado;

5.1.2 - Efetuar o pagamento a empresa vencedora no prazo estipulado neste edital;

5.1.3 - Rejeitar, no todo ou em parte o Serviço que a empresa vencedora prestar fora das especificações deste Termo.

5.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.2.1 - A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de coleta externa, transporte, tratamento e de destinação final dos resíduos, obriga-se a:

a) Coletar os resíduos potencialmente infectantes nos locais determinados neste Termo;



- b) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos das legislações vigentes;
- c) Nomear responsável pela execução dos serviços, na empresa, com a missão de garantir o bom andamento e a técnica dos trabalhos. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando necessário, ao preposto designado pela Contratante e tomarem juntos as providências pertinentes;
- d) Exigir que seu pessoal se apresente para a coleta e o transporte dos resíduos, assiduamente e pontualmente, nos dias e horários pré-programados, devidamente uniformizados e identificados com crachás (com fotografia recente) e usando todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- e) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada;
- f) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- g) Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- h) Instruir seus empregados quanto as necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como, prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;
- i) A Contratada assume, expressa e formalmente, a total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, infortunistas, fiscais e fundiárias da mão de obra e/ou pessoal utilizado na execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato. Obriga-se a cumprir a legislação citada, inclusive quanto às normas de proteção do meio ambiente e medicina e segurança do trabalho, não gerando qualquer vínculo dos seus trabalhadores para com a Contratante, respondendo a empregadora por todos os direitos dos mesmos, inclusive em Juízo, ficando a Contratante exonerada de qualquer responsabilidade, mesmo que de forma subsidiária nos termos do Enunciado/Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho;
- j) Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;
- k) Substituir qualquer elemento de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo de 12 (doze) horas;
- l) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;
- m) Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- n) Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;



- o) Durante a prestação do serviço, a empresa CONTRATADA deverá manter em seus quadros de funcionários, pessoal capacitado para resolver questões e tomar decisões compatíveis com as obrigações contratuais, para que não haja prejuízo durante a realização dos serviços;
- p) É responsabilidade do transportador satisfazer os requisitos específicos aplicáveis ao meio de transportes constantes dos regulamentos de transporte de produtos perigosos vigentes no País;
- q) É responsabilidade do transportador implementar as ações de garantia de qualidade referentes ao trânsito, armazenamento em trânsito e transbordo;
- r) É responsabilidade do transportador a correta utilização, no meio de transporte, do símbolo internacional de presença de resíduos de serviço de saúde;

5.3 - A Contratada deverá instalar e manter um serviço de atendimento ao cliente, cujo número do telefone deverá estar em local visível em todos os equipamentos, dentro do horário compreendido entre 08h00min e 18h00min horas;

5.4 - Manter na operação de tratamento dos Resíduos Sólidos de Saúde, os padrões de emissão atmosférica com limites definidos no âmbito da Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002;

5.5 - A empresa contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da unidade;

5.6 - Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada;

06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao Município, através de Servidor indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 - A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às qualidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas no contrato, quando desatendidas a elas relativas.

6.3 - A proponente deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública, informando à fiscalização, das infrações ambientais, como por exemplo, dos casos de descargas irregulares de resíduos e falta de recipientes padronizados.

6.4 - Em atenção ao art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam definidos como gestores/fiscais os servidores abaixo, lotados na Secretaria de Saúde, conforme portaria nº 08, Fevereiro de 2022, publicada em DEO em 10/02/2022 ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual: Viviane Noale de Lima Ieiri - Diretora da Biossegurança, Rosimeire Leal Abrão Marques – Enfermeira e Renato Vaz Evangelista - Farmacêutico e Bioquímico.



07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias úteis após a execução dos serviços mensalmente, mediante a documentação (Nota Fiscal Eletrônica) acompanhada do Certificado de Tratamento dos Resíduos emitido com todas as informações sobre os serviços prestados (planilha do mês com todos os pesos e locais de recolhimento), e dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número dos respectivos empenhos de acordo com a Ordem de Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades “ordem de pagamento bancária”, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta-corrente, agência e banco correspondente.

Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos a proponente vencedora, que obrigará-se a substituí-los na forma exigida.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital. A contratação para o objeto deste Termo de Referência está fundamentada com base na Lei nº 10.520/02, modalidade utilizada, a Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente, no que couber pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Através de pesquisa, no painel de preços e portal nacional de contratos públicos do serviço licitado para estimativa de preço, de acordo com a requisição de serviço de preço nº 941/2023 e Cotação nº 8459; o valor médio total estimado para 12 meses é de R\$ 234.000,00.

10 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 - Vigência do Contrato: 12 (Doze) Meses podendo ser prorrogado até 60 meses de acordo com a vontade de ambas partes.

10.2 - Consoante ao artigo nº 84 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), passou a ser permitido que o prazo de vigência da ata de registro de preços seja superior a um ano, vejamos:

“Artigo 84 – O prazo de vigência de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso”.

11- LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEM SOLICITADOS

11.1 - Considerando o valor da presente contratação e suas possíveis prorrogações, o Edital deverá prever em sua qualificação técnica e qualificação econômico financeira também os seguintes documentos:



a) Apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica para execução de serviços, de acordo com a súmula 24 do TCESP;

Apresentação do Balanço Patrimonial da empresa.

b) Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho Regional de Química CRQ de sua respectiva jurisdição.

c) Cópia do Certificado de Responsabilidade Técnica (CRT) do Profissional Responsável e de sua carteira profissional (registro no órgão de classe), com vínculo profissional e que se responsabilize pela execução dos serviços.

12 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.1 - Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. Conforme nos ensina o autor Marçal Justen Filho em sua obra “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 13. Ed. São Paulo, 2009, à página 791:

“A hipótese torna-se cabível, por exemplo, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam grande simplicidade e possam ser desempenhados por terceiros sem que isso acarrete prejuízo.”

12.2 - Fundamento do doutrinador Marçal Justen Filho: “Diversa é a situação quando a obrigação é de meio. Quando o contratado tiver o dever de elaborar a prestação, a transferência de encargos ou a aquisição de bens de terceiros caracteriza a subcontratação relevante para a Administração.”

12.3 - O Regime de contratação é o de Empreitada por preço unitário e como exposto anteriormente é composto dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Em face disto e dos obstáculos encontrados pela Administração na execução direta dos serviços, admitir-se-á a subcontratação somente dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, Aterro Sanitário, previamente autorizada pelo Município, permanecendo a empresa CONTRATADA como única responsável perante o Município e terceiros;



12.4 – O início da prestação de serviço pela empresa subcontratada, somente terá início, após prévia aprovação da Administração, mediante requisição protocolada;

12.5 - Durante toda a vigência do futuro contrato, a vencedora deverá manter atualizados os contratos de prestação de serviços com as eventuais empresas subcontratadas, devendo para tanto apresentar junto à CONTRATANTE as respectivas renovações, quando for o caso.

13 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas serão pagas através da(s) ficha(s) de dotação:

FONTE	32
FICHA	463
VINCULO DETALHADO	01.310.0000